

## **A POPULAÇÃO E A QUESTÃO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – UM ESBOÇO PARA DISCUSSÃO\***

Antonio de Ponte Jardim

Este documento tem por objetivo levantar algumas questões relacionadas ao meio ambiente e os Recursos Naturais onde a população tem sido, quase sempre, tratada como uma variável exógena causadora de impactos sobre a natureza (entendida aqui como meio ambiente e recursos naturais) ou, às vezes, como obstáculo ao desenvolvimento econômico e social do País. Pretende-se aqui questionar esses argumentos e chamar a atenção para a gravidade dos impactos que o modelo de desenvolvimento adotado no país vem causando à população. Não se objetiva esgotar o assunto e sim discutir e assumir uma posição frente a dimensão do problema.

Usualmente é atribuída à população, especialmente aquelas que se encontra em estratos menos favorecidos social e economicamente, as causas da deterioração ambiental que o rápido crescimento populacional tem gerado a incapacidade do sistema produtivo gerar recursos para satisfazer as necessidades da maioria da população (Discurso Malthusiano). Esta visão catastrófica tem sido desmentida pelo processo de desenvolvimento econômico e social, uma vez que o progresso técnico tem permitido ao homem inventar formas produtivas mais eficientes, elevando não só a produtividade, mesmo em terras consideradas “improdutivas”, como descobrir e utilizar novos recursos, através de novas técnicas.

O enfoque Malthusiano e suas variantes é tradicionalmente econômico e social e atribui, usualmente, o crescimento populacional a deterioração do meio ambiente e os esgotamentos dos recursos naturais.

A população deve estar vinculada ao processo de desenvolvimento econômico e social e deve ser o centro de abordagem desse processo, pois ela não é um ente passivo o qual deve-se traçar um modelo de desenvolvimento a ser dirigido, isto porque a ideia de desenvolvimento é tão ampla e ambígua que nela enquadra-se vários conceitos que chegam, às vezes, ser antagônicos. Assume-se aqui o conceito “que faz referência ao processo que qualquer sociedade deve executar para elevar o nível e a qualidade de vida de seus membros, tendo desde o ponto de vista de seu conforto material como da possibilidade de satisfação de suas aspirações espirituais, em um âmbito de plena liberdade e de alternativa de escolha das formas de satisfação de suas necessidades básicas”<sup>1</sup>.

---

\* Documento apresentado no VII CONGRESSO NACIONAL DE SOCIOLOGOS, Salvador, BA, de 24 a 27 de maio e no VII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFOS-AGB, Maceió de 23 a 29 de julho de 1988.

1 PAREJA, A. POBLACION, MEDIO AMBIENTE Y DESARROLLO, Cuadernos del CIDE, nº 3, Universidad Pontificia Bolivariana, Medellín, Colombia, s/d p. 5.

Este conceito não trata de uma posição ambígua sem compromisso com uma visão do mundo, possibilita abrir o espectro da análise em relação a quantas variáveis desejamos considerar, já que toda ação humana estará de algum modo, dirigida a acelerar, retardar ou imobilizar o processo de desenvolvimento econômico, social e político do País.

Como forma de aproximar-nos a essas premissas, a definição utilizada por SUNKEL (CEPAL, 1980) nos permite quantificar e qualificar o desenvolvimento, uma vez que passa a ser *“um processo de transformação da sociedade por uma expansão da capacidade produtiva, elevação de produtividades e renda média por trabalhador, mudança na estrutura de classe e na organização social, transformações culturais e de poder, ou seja, tudo o que conduz a elevação nos níveis de vida da população”*<sup>2</sup>. No que pesa as limitações desta definição fundamentada na especialização do trabalho e nas mudanças tecnológicas correspondentes assim como no processo de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, com a interação sociedade-natureza. Essa concepção transcende o conceito de meio-ambiente como um objeto dado e passa ser a interação que o homem e a sociedade estabelecem com a natureza, para o logro de seus objetivos e da satisfação de suas necessidades básicas. Remete-nos à análise do meio ambiente não como um espaço neutro que se deve manipular em função das expectativas de desenvolvimento econômico, onde a degradação e transformação do espaço natural são formas de manifestação desse processo, mas onde o meio ambiente e a qualidade de vida da população devem ser vistos como parte de um sistema de ligações como os processos sociopolíticos e econômicos vigentes.

Nesta perspectiva, o meio ambiente não é uma variável exógena à organização social e econômica e se estende à análise da sociedade em relação aos processos e ao modelo de desenvolvimento hegemônicos. Deste modo, a utilização dos recursos naturais vai variar de acordo com o grau de desenvolvimento tecnológico exigentes. Assim, o processo de desenvolvimento econômico e social incorporará e substituirá outros recursos naturais de acordo com o nível. Nesta linha de raciocínio, o conceito de recursos naturais está vinculado a determinações históricas de conformidade, sobretudo, com o nível tecnológico da Sociedade<sup>3</sup>.

Ao fazer-se essa distinção, a população passa a ser entendida como o sujeito do desenvolvimento, pois é ela quem deve definir os limites e as características do mesmo, através de doação de um sistema político e econômico no marco de relações sociais claramente definidas, com uma intensidade em suas ações características que constituem

---

2 SUNKEL, O. La Interacion entre estilos de Desarrollo y el Medio Ambiente. Em: SUNKEL, O; CLIGO, N. (organizadores). ESTILOS DE DESARROLLO EN AMERICA LATINA. Ed. Fundo de Cultura Econômica, México, 1980, p. 10.

3 BUARQUE, Cristovam. Teoria Econômica e Meio Ambiente. Revista do Serviço Público, ano 40, vol. III(4): 83-92, out/dez. 1983

toda essência do processo de desenvolvimento.

Ao considerar-se o sistema de relações econômicas e sociais da população, (como sujeito do processo de desenvolvimento), nos possibilita o reconhecimento das condições e da forma em que se dá o crescimento populacional, com ênfase: a distribuição e a mobilidade espacial, a forma e as características de como se constitui as influências internas de estrutura demográfica influem diretamente sobre o meio ambiente. Desse modo, “não é possível conceber a existência do desenvolvimento como um espaço absoluto. A população, o meio ambiente e o desenvolvimento são um só conjunto, individualizáveis para efeito de seu estudo”<sup>4</sup>.

Nesta ótica, a população em relação ao meio ambiente e aos seus recursos naturais não deve ser considerada como mais uma variável no modelo de desenvolvimento estabelecido, mais uma parte integrante desse processo. Esta posição nos remete ao questionamento de que não faz sentido estabelecer um “*optimum populacional*”, em função dos recursos naturais disponíveis, porque as necessidades variam de acordo com o nível de desenvolvimento socioeconômico da sociedade e conseqüentemente de sua população. Além do mais, não faz sentido estabelecer um padrão de desenvolvimento mundial, onde não se leva em consideração as diferenças regionais e sim estabelecer taxas de desenvolvimento econômico e social compatíveis com o padrão de desenvolvimento da sociedade em questão, afim de elevar o nível e a qualidade de vida população.

Dentro da perspectiva geral aqui relacionada, sugerimos que:

- A deterioração do meio ambiente não se deve ser analisada por visão estritamente tecnológica mas, sobretudo, como uma contingência de formas de desenvolvimento econômico e social;
- Os problemas ambientais não são fruto do crescimento populacional e sim da lógica e das tradições inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista nacional;
- Não faz sentido estudar o meio ambiente e recursos naturais isoladamente do contexto do desenvolvimento socioeconômico do país.

---

4 PAREJA, A. *op. cit.*

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUENO, Eramis – LA POBLACION EN LOS MODELOS MUNDIALES, editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 1985.
- BUARQUE, Cristovam. Teoria Econômica e Meio Ambiente. Revista do Serviço Público, ano 40, vol. III(4): 83-92, out./dez. 1983
- PAREJA, A. POBLACION, MEDIO AMBIENTE Y DESARROLLO, Cuadernos del CIDE, nº 3, Universidad Pontificia Bolivariana, Medellín, Colombia, s/d p. 5.
- SINGER, S. Fred (Editor). - IS THERE AN OPTIMUM LEVEL OF POPULATION?, McGraw-Hill book company, New York, 1971.
- SUNKEL, O.; CLIGO, N. (org.). ESTILOS DE DESARROLLO EN AMERICA LATINA. Fundo de Cultura Econômica, México, 1980.